

UGEIRM

SINDICATO

DOS ESCRIVÃES, INSPETORES E INVESTIGADORES DE POLÍCIA-RS

Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110

Jornal da UGEIRM - Filiado à Feipol - Sul / Sudeste - Agosto a outubro 2010



Envelopamento autorizado.
Pode ser aberto pela ECT

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Impresso Especial
9912253790DR/RS
Ugeirm
Sindicato
CORREIOS

PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> CEP
<input type="checkbox"/> CEP	<input type="checkbox"/> NÃO HÁ Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO	

Reintegrado ao Serviço Postal em

--	--	--

RESPONSÁVEL

Ugeirm mantém pressão em defesa da aprovação da PEC 446

Página 6



Polícia Civil tem mais 585 novos agentes

Página 7

O que o governador eleito disse aos policiais?

Ele foi o ministro que conduziu a criação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), cujo piloto principal está na cidade do Rio de Janeiro, que há anos vive sob o fogo cruzado do narcotráfico. Ao reduzir os homicídios onde as taxas ainda são muito altas, o programa teve boa avaliação entre cariocas, especialmente daqueles que viviam em comunidades onde a polícia só era conhecida por ações violentas (que também matava inocentes).

Os gaúchos elegeram Tarso Genro em primeiro turno no dia 3 de outubro. A partir de janeiro de 2011, o novo governador terá que lidar também com outros temas fundamentais, tais como como educação e saúde.

Durante a campanha, o ainda candidato visitou a Ugeirm, onde recebeu o "Programa da Polícia Civil", um conjunto de 18 propostas elaboradas pelo sindicato, a partir da contribuição de policiais de todas as regiões gaúchas. Outros três candidatos, registre-se, também agendaram encontros com a Ugeirm. Tarso Genro falou sobre as críticas que a segurança pública recebeu durante a gestão petista no Palácio Piratini. Também fez considerações sobre salário, plano de carreira, piso nacional e direitos de aposentadoria, dentre outros temas.

Leia mais nas páginas 4 e 5.



EDITORIAL

Policiais assassinados

No fim de agosto, dois policiais civis foram vítimas de homicídio na região metropolitana. O agente Sérgio Luís Vargas faleceu por complicações decorrentes de um disparo criminoso, depois de reagir a uma tentativa de assalto em sua residência. Dois dias depois, o policial Tadeu Schons foi alvo de criminosos que anunciaram um assalto num bar da capital.

A Ugeirm lamenta profundamente a morte dos dois colegas. A notícia repercute junto à categoria, especialmente entre aqueles que conheceram ou trabalharam com eles. Não podemos nos esquecer que as famílias desses policiais passam agora por momentos de profunda dor e desamparo.

O presidente do nosso sindicato já passou pela experiência de perder um colega. Isaac Ortiz e Luiz Carlos da Cunha Santos se formaram na mesma turma. Foram lotados em Ronda Alta e a amizade de ambos se fortaleceu naturalmente. Logo no início do estágio probatório, em 1984, veio o choque: seu amigo foi vítima de homicídio. É impossível apagar essa cicatriz da memória.

A morte de Sérgio e Tadeu despertaram a solidariedade daqueles que ficaram. Agentes que cumpriam reforço cartorário em Passo Fundo decidiram fazer uma campanha de doação de sangue logo em seguida. Se era impossível recuperar a vida dos policiais, dedicaram-se a tentar salvar outras: o choque e as cicatrizes nos tornam mais humanos.

Para a sociedade, a repercussão também é muito ruim. Se dois policiais são mortos num intervalo de poucos dias, o que devem pensar os cidadãos comuns? Quem poderá protegê-los do crime e da violência?

Ainda estamos em período eleitoral. Discursos em favor da segurança se reproduzem. Na prática, não existe valorização do policial, que tem péssimo salário, enfrenta a aguda falta de efetivo e supera as condições de trabalho que lhe são impostas. A sociedade precisa se convencer de que não vamos vencer a violência sem investimento maciço.

Não existe segurança pública sem policiais motivados, preparados e com reciclagem periódica.

OPINIÃO

A aula das urnas

Cláudio Abel Wohlfahrt*

É inútil criminalizar a atividade política, caindo no lugar-comum de que “todos são ladrões”. Também é chavão dizer que a democracia é o pior dos regimes – depois de todos os outros.

Causa perplexidade saber que Tiririca teve 1,3 milhão de votos em São Paulo. O palhaço é um fantoche, que ali foi colocado para capturar o tal voto de protesto. Agora, tem-se o risco de ver essa montanha de votos anulados, porque foi acolhida denúncia contra o suposto analfabetismo do parlamentar eleito. Se isso for comprovado, ele mentiu à Justiça Eleitoral.

O eleitor gaúcho, por sua vez, deve apagar a ideia de que tem o voto mais politizado do país. É uma fantasia, uma falácia. Figuras envolvidas até o último fio de cabelo em escândalos de corrupção foram reeleitas na Câmara dos Deputados. Gente que se lixa para a opinião pública também. Quem trocou o salário de policiais e professores por

CCs e emendas também está de volta à Assembleia Legislativa.

Não deixa de ser alentador ver a derrota de alguns corruptos, promesseiros e de quem não pensa na cidadania, mas no futuro de seu próprio umbigo, ou de sua agremiação partidária. Os brasileiros e gaúchos temos os representantes que escolhemos. Ponto.

O policial deve olhar para quem tem mais compromissos com a melhoria do serviço público, sim, porque sabemos quem é o cidadão que mais sofre. Casos de grande repercussão são privilegiados em detrimento daquele outro que, muitas vezes, repercute do modo mais terrível para a vítima.

A quem serve a Polícia Civil? A que hierarquia de valores e de ações somos submetidos? Quando alcançaremos um modelo de polícia de Estado e não de governo? E quem depende do SUS? E aqueles tantos cujos filhos estudam em escolas públicas com professores mal preparados e mal remunerados? Nós, policiais, ainda vivemos em condições melhores que muitos ci-

dadãos. E, por isso, dimensionamos mais as causas da diferença que nos separa do topo da pirâmide.

Defender a qualidade e a valorização dos servidores públicos, sobretudo os da base, não é apenas pensar no seu próprio bolso. Quem nos ataca fere o cidadão mais humilde e mais necessitado. A melhoria do serviço público contribui para o necessário progresso do país, dos estados e dos municípios. Sim, temos que estar preparados para possíveis ataques e para, eventualmente, ter de negociar na mesma mesa onde está sentado um “cliente” nosso. Ou um Tiririca.

Essa é a política nossa de cada dia, nua e crua. E o caminho qual é? Ir pra casa? De forma alguma! Temos que continuar lutando pela nossa dignidade, nos envolvendo e nos apropriando cada vez mais da política, afinal como diria o filósofo: “o problema daqueles que não gostam de política é que eles são governados pelos que gostam muito”.

Escrivão de polícia, é diretor de Comunicação da Ugeirm.



Taquari I

A 2ª Turma do STF rejeitou, no dia 28 de setembro, nulidade de perícia em arma de fogo feita por policiais. O caso refere-se à decisão de uma juíza de Taquari, que designou dois policiais civis para periciar arma apreendida, mas só um deles tinha diploma em Direito (o outro ainda não concluiu o curso). Atestou-se que a arma estava com munição e apta a realizar disparos.

Taquari II

Ao anular a perícia, o TJ/RS acolheu tese da defesa e absolveu o réu da acusação de porte ilegal. No STF, o ministro Joaquim Barbosa discordou do tribunal gaúcho e reproduziu, em seu voto, entendimento da magistrada de Taquari. “Ninguém melhor que um policial para aferir o funcionamento de uma arma, pois é seu instrumento de trabalho”. Barbosa ratificou ainda a idoneidade e conhecimento técnico dos policiais que periciaram a arma.

Otoridade

Na Acadepol, aluna do curso de delegado chegou para aluna do curso de

agente e perguntou: tu é do curso de escrivão ou inspetor? Ao ouvir a resposta, a aluna que se tornará otoridade estendeu a mão com um copo usado de café e disparou: então leva esse copo pro lixo porque eu sou delegada. A Ugeirm vai acompanhar casos como esse.

Espionagem e P2

A farra no uso do sistema consultas integradas pelo sargento da BM escancara o descontrole e o uso político de ferramentas de investigação, que deveriam estar sob o controle da Polícia Civil. É chegado o momento de acabar com a tal P2, que só serve para fazer arapongagem.

Inacreditável

Deu no jornal. O sargento da BM, cargo de confiança do governo que bisbilhotava a vida de todo mundo pelo Consultas Integradas, foi elogiado até por delegado de Polícia. Afinal, o serviço investigativo não é atribuição exclusiva da nossa PC? Depois, não sabemos por que a BM avançou sobre nossas atribuições.

Gol do Denarc

O Denarc realizou, no dia 14 de setembro, a maior apreensão de cocaína, crack e substâncias adulterantes da história da Polícia Civil gaúcha. Cerca de 350 quilos estavam enterrados em oito tonéis num sítio da zona rural do município de Mariana Pimentel. A investigação durou cerca de

três meses e a operação mobilizou 50 policiais. Parabéns a todos os policiais.

Gogó

Tinha um candidato que dizia ser o “deputado da segurança”. Mas, estranhamente, não estava presente num esforço concentrado da Câmara Federal para votar a PEC 446.

Cara de pau

Alguns deputados que votaram contra os policiais na Assembleia, apoiando o veto à anistia ao corte do ponto, quiseram dialogar com a categoria durante a campanha. Recebemos a todos que nos procuraram para ouvir suas desculpas, mas demos publicidade aos nomes que votaram contra os policiais.

Perto do fim

A inclusão de aproximadamente 200 novos delegados está causando dor de cabeça para muitos regionais. Há rumores de briga pela manutenção das polpudas gratificações de substituição. Vão restar poucas agora, para o bem da sociedade e dos delegados que terão de cair na real.

Relatório de IP

Com a nomeação de delegados titulares para todas as delegacias, também acaba o argumento de que não havia condição humana para dar conta de todos os inquéritos e dos relatórios.

Ugeirm faz acordo com PGE para agilizar homologação de cálculos de atrasados dos 19%

Investida se refere à “ação principal”, que tramita sob o número 10505462552

No dia 14 de setembro, a assessoria jurídica da Ugeirm e a diretoria foram recebidas pelos dirigentes da Procuradoria de Precatórios da PGE/RS.

No encontro, ficou estabelecido que os advogados da Ugeirm entregarão diretamente os cálculos de cada um dos beneficiários para fins de conferência.

Caso a PGE concorde com os valores apresentados, os mesmos serão levados à 1ª Vara da Fazenda Pública para fins de homologação e expedição dos precatórios ou RPV, bem como para assinalar as preferências em relação à idade ou situação de saúde.

Segundo o advogado Vitor Horn, o procedimento significa economia de

tempo e de manuseio de processos. As ações executivas individuais estão levando em média dois anos para serem concluídas (autuação, despacho de citação, expedição do mandado, entrega para o oficial de justiça, intimação da PGE, juntada aos autos, prazo para embargos, e demais atos ordinários necessários e indispensáveis).

“Esperamos concluir todo o procedimento em seis meses para que cada um tenha seu precatório”, assinala Vitor Horn. Nos próximos dias, a Ugeirm informará a cada sindicalizado o valor que foi apurado individualmente.

Até o fechamento desta edição, não houve nenhuma resposta do Estado



quanto a proposta de acordo enviada ainda em 2007 e não há, no momento,

possibilidades de vendas ou de cessões de direito.

Como fica a matriz salarial para aposentados pela EC 41

A assessoria jurídica da Ugeirm ajuizou 150 ações buscando pagamento da Lei 12.201/04 (matriz salarial) para quem se aposentou após a EC 41/03.

Segundo as alegações do Estado para o não pagamento, os servidores aposentados pela aplicação restritiva da lei 51/85 (30 anos exclusivamente em atividade policial) combinada com a Emenda Constitucional 41/03, foram remetidos

para um regime de previdência diferenciado e não podem receber os mesmos aumentos dos servidores da ativa.

O posicionamento do Tribunal de Justiça é de que a Lei Estadual 12.201/2004 não deu tratamento diferenciado a servidores ativos e inativos e, portanto, os aumentos devem ser concedidos. Com estas decisões fica uma incógnita: como serão os reajustamentos futuros?

Uma importante decisão foi tomada

pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 590260: “todos os servidores que se aposentaram nos termos da EC 41/03, mas já estavam no serviço público anterior à sua edição, tem direito a receber paridade em relação aos servidores ativos”. Com isso, segundo explica o advogado Vitor Horn, as expectativas do Estado de reverter o posicionamento do TJ/RS serão frustradas, bem como os aumentos futuros estarão garantidos.

Revisão de cálculos de aposentadoria

Todos os policiais que se inativaram nos termos da EC 41/03, ou seja, não tinham a soma de 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, e se aposentaram após 19 de dezembro de 2003, se desejarem, podem ajuizar ações buscando a revisão do cálculo de seus proventos.

Segundo o advogado Vitor Horn, para alguns servidores aposentados nes-

te período, a Sefaz não procedeu corretamente no cálculo do valor da aposentadoria (média das 80 maiores contribuições desde 1994 até a data da aposentadoria).

Para proceder a análise da correção dos valores é necessário o envio do número da identidade funcional (nova matrícula) e da senha do portal do servidor para v.horn@terra.com.br. Assim, a

assessoria jurídica do sindicato procederá a verificação e a viabilidade, ou não, do ajuizamento da ação.

Pelos levantamentos preliminares, a diferença gira em torno de 17% em relação ao cálculo inicial. A direção da Ugeirm alerta que tanto para esta ação quanto para as da matriz salarial não são ajuizadas ações coletivas, mas sim individuais, dado a natureza do direito de cada um.

Jurídico entrega petição executiva na ação do IPE

Após recolher o material necessário para execução de sentença (numeração de CPF, situação na receita federal etc), a assessoria jurídica da Ugeirm entregou na 2ª Vara da Fazenda Pública o pedido de execução para recebimento da devolução das parcelas de 5,4%. Trata-se do

desconto indevido de aposentados entre dezembro de 1998 e outubro de 2003.

Agora o IPE será citado para oferecer embargos quanto aos cálculos. Caso os embargos não ocorram, haverá determinação do juízo para a expedição de RPV (Requisição de Pequeno Valor) a cada um

dos beneficiários.

Não há previsão de prazo para o pagamento, pois depende de como o IPE irá se pronunciar nesta ação. Entretanto, ainda existe expectativa de que pagamento seja efetuado no próximo ano. O processo tramita sob o número 10502806528.

Outras ações dos 19%

2ª Liquidação (10601644984) e Novos Sócios (10600101847)

Todos os beneficiários destas ações que ainda não entraram em contato com a assessoria jurídica para encaminhar seus precatórios ou RPVs deverão fazê-lo imediatamente. Segundo a orientação dos advogados, nestes casos, os encaminhamentos devem ocorrer individualmente para fins de execução. Caso não ocorra contato acima, nada é encaminhado, ficando o interessado sem o andamento de seu direito. Os contatos podem ser realizados pelo correio eletrônico nandahorn@terra.com.br ou pelo telefone 51-32241765 (terças e quintas à tarde).

3ª Liquidação (10700461991)

Este processo tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública e ainda não foi proferida sentença de liquidação. O processo está com a perita designada pela Juíza para fins de cálculos de liquidação.

Novos Policiais (10600101880)

A assessoria jurídica já elaborou os cálculos dos valores de cada beneficiário. Nos próximos dias, será remetida correspondência explicativa na qual são expostas, para a maioria dos casos, a conveniência de encaminhar seus direitos por RPV.

Tarso se comprometeu com plano de carreira e aposentadoria especial

Piso nacional, críticas ao atual governo e à gestão petista também foram temas de sua visita

Foto: Fabio Carvalho

Ainda durante a campanha, Tarso Genro (PT), governador eleito em primeiro turno com 54% dos votos válidos, visitou a Ugeirm no dia 25 de agosto. Durante cerca de uma hora, ele recebeu do sindicato as propostas reunidas em torno do “Programa da Polícia Civil” (veja encarte), elaborado pelo sindicato, e também respondeu a perguntas sobre plano de carreira, aposentadoria especial e outros temas.

Confrontado com críticas à gestão petista na segurança pública durante governo estadual do PT, Tarso disse não haver possibilidade de fazer uma declaração que signifique desprestígio do trabalho policial. Muitos policiais gaúchos queixam-se da imputação de corrupção que lhes foi atribuída de modo genérico. “Entendo que a Polícia é chave para a questão democrática”, disse o candidato.

Segundo ele, a corrupção está em todos os segmentos e estratos sociais: entre policiais, médicos, administradores e também entre grandes empresas. “A Corregedoria tem que fazer um trabalho duro contra a corrupção. É isso o que defende a maioria dos policiais. O policial tem que estar satisfeito no trabalho e ser pago com dignidade. A Polícia também não pode ser usada para encobrimento de questões sociais”.

Meritocracia e Plano de Carreira

O Plano de Carreira, anteprojeto elaborado pela Polícia Civil e que aguarda encaminhamento por parte do Executivo, deverá ser negociado com representantes das categorias para eventual ajuste. “Uma vez no governo, vamos sentar imediatamente com a categoria. Vamos negociar e encaminhar. Sou favorável a um plano de carreira”, afirmou Tarso.

Sobre meritocracia, Tarso disse ser contrário à ideia de transpor políticas de empresas privadas para serviço público. Ele fez críticas ao projeto encaminhado pelo atual governo, que, segundo ele, pretendeu “cindir a categoria, separar, e eu não compartilho dessa ideia”. O

candidato defendeu a manutenção da antiguidade como critério para ascensão e também disse ser favorável ao mérito em um plano de carreira.

Aposentadoria e Salário

O Rio Grande do Sul está entre os poucos entes federados que não aplicam integralmente a lei 51/85 para a aposentadoria especial dos policiais civis. “Sou favorável à aposentadoria especial dos policiais civis, até porque os policiais militares e os policiais federais têm esse direito reconhecido”, disse Tarso.

O candidato disse ser favorável à criação de um piso salarial nacional. “Vamos estabelecer grupos de negociação permanente com as categorias para tratar de salário. O Estado brasileiro tem um déficit democrático com professores e policiais. Sou favorável ao piso dos professores [mencionou o período como ministro da Educação] e também dos policiais”. Tarso pontuou ainda a recuperação salarial experimentada por policiais federais no governo Lula.

Corte do ponto

O candidato também foi questionado a respeito da declaração feita à imprensa sobre ser favorável ao corte de ponto de servidores públicos em greve (“não conheço nenhum grevista sério que queira que um colega seu que esteja trabalhando vá lá e preencha seu ponto”).

Por outro lado, criticou o “decreto draconiano” publicado pelo atual governo. “Entendo que ao término de uma greve ou paralisação, o governo deve sentar e negociar o abono de faltas dos que participaram do movimento”, salientando respeitar o direito constitucional à greve.



25 de agosto: ainda candidato, Tarso Genro visitou a Ugeirm e recebeu as propostas do sindicato

Compromissos do governador eleito com a Ugeirm

“Uma vez no governo, vamos sentar imediatamente com a categoria. Vamos negociar e encaminhar. Sou favorável a um plano de carreira.”



“Sou favorável à aposentadoria especial dos policiais civis, até porque os policiais militares e os policiais federais têm esse direito reconhecido.”

“O Estado brasileiro tem um déficit democrático com professores e policiais. Sou favorável ao piso dos professores e também dos policiais.”



“O policial tem que estar satisfeito no trabalho e ser pago com dignidade. Vamos estabelecer grupos de negociação permanente com as categorias para tratar de salário.”

FSPE está atento ao novo governo

O Fórum de Servidores Públicos Estaduais, que congrega dez entidades, já teve sua primeira reunião após o resultado das urnas. Questões como meritocracia e recentes declarações do governador eleito, embora ambíguas, despertam a contrariedade dos servidores públicos. A Ugeirm estará atenta aos eventuais ataques e retridas de direitos.

Ugeirm formula conjunto de propostas para a Polícia Civil

Além de questões corporativas, também houve preocupação em melhorar o serviço prestado

Fotos: Fabio Carvalho



Da esquerda para direita: os então candidatos José Fogaça, Pedro Ruas e Montserrat Martins se encontraram com diretores da Ugeirm e receberam as propostas da entidade

Na eleição deste ano, a Ugeirm preparou um conjunto com 18 propostas para a Polícia Civil. O sindicato manteve contato com todos os candidatos que disputavam o Palácio Piratini. Para quem reclamou por não ter sido convidada a um debate do Cpers, chamou atenção não haver nenhuma resposta da atual governadora, que acaba de sofrer uma derrota não só eleitoral, mas também política.

Além de Tarso Genro, as propostas do sindicato foram recebidas por Montserrat Martins (PV), José Fogaça (PMDB) e Pedro Ruas (PSOL). O sindicato agradece o interesse de todos que se dispuseram a debater as ideias que temos, também porque entende ser a interlocução fundamental. O arbítrio, a arrogância, a instru-

mentalização da PC para fins políticos e a falta de diálogo institucional precisam ser sepultados.

Direitos e deveres

Conforme o presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, o sindicato quis participar do debate e abriu espaço a todas as candidaturas, para que os policiais pudessem, livremente, formar seu próprio juízo e voto. “É claro que pautamos questões como promoções, sobreaviso, aposentadoria e a defesa de um plano de carreira. Isso sem falar em salário, que é problema grave e pauta recorrente entre nossos filiados. Mas também temos a preocupação de melhorar o serviço prestado à sociedade gaúcha”, destaca.

O baixo efetivo e as condições de trabalho têm implicação direta na fun-

ção de investigar crimes, que é a nossa competência. Agentes e delegados muitas vezes se desdobram, cumprem jornadas exaustivas, dão um “jeito” para driblar prédios insalubres, viaturas sucateadas, falta de coletes e armas para diligências especiais, e ainda lidam com computadores da Idade da Pedra em muitos casos. Atender bem é dever do policial, que precisa ter motivação e trabalhar numa delegacia que possa acolher a vítima que vem registrar ocorrência.

Delegacias e plantões

A melhoria das DPs e plantões é um destaque. Os atendimentos devem ser individualizados para preservar informações que são só do interesse da Polícia.

“Essa ideia de balcão de delegacia

precisa ser superada, ou remodelada. O plantão é nosso cartão de visitas. No Palácio da Polícia, na Área Judiciária, vemos um balcão altíssimo, e a vítima fica de pé, lá embaixo, enquanto registra ocorrência. Isso não é uma forma adequada de receber quem nos procura. É um problema estrutural. Por mais que o agente se esforce, não irá retirar a impressão ruim no atendimento”, assinala Luiz Felipe Teixeira, vice-presidente da Ugeirm.

Também foi apontado o fato de não haver gratificações para quem exerce funções como a Chefia de Investigação. Aliás, a própria Chefia de Polícia percebe um adicional irrisório, inferior a uma substituição que remunera delegados, para ocupar o topo da hierarquia, com inúmeras responsabilidades.

STF adia julgamento e Ugeirm pressiona por revisão da PGE sobre aposentadoria

O STF, até a data de fechamento desta edição, ainda não havia colocado em votação o RE 567110, oriundo do Acre, que irá pacificar a babel jurisprudencial em torno da lei 51/85 (regra 20 + 10). A matéria, ao longo de várias semanas, esteve na previsão de pauta do Pleno e existe forte sinalização de que o risco de morte inerente à profissão deve ser observado para a inativação do policial civil.

Além do voto da ministra Cár-

men Lúcia numa ADI, em 2008, tivemos em setembro deste ano a negativa de seguimento do MI 806, ajuizado pela Cobrapol. Nesta ação, o ministro Gilmar Mendes afirma não haver omissão legislativa e sustenta que a lei 51/85 está vigente. Decisões monocráticas do ministro Ricardo Lewandowski apontam no mesmo sentido. A ação oriunda do Acre é importante, todavia, porque já foi reconhecida a sua repercussão geral – se julgada a favor dos polici-

ais, obrigará a PGE a reformular seu parecer caduco.

A Ugeirm escreveu a quatro mãos, juntamente com a Chefia de Polícia, provocação para que a PGE reexaminasse a orientação restritiva, que prejudica os policiais gaúchos. O então secretário Omar Amorim, da Secretaria da Justiça e da Segurança, encaminhou o pedido à PGE, mas não houve conclusão sobre o assunto até hoje. Já se passaram mais de quatro anos. Diante das novas informações,

o sindicato encaminhou ofício contundente à PGE para que conclua o reexame, com cópia para a chefia de polícia. Também requereu acesso à íntegra desse processo.

“Somos parte diretamente interessada no assunto. Não podemos negar nem confirmar rumores de que o Governo vai reconhecer a 51/85. Nós provocamos a PGE em 2006 e Yeda não fez nada em três anos e dez meses de mandato”, critica Issac Ortiz.

Ugeirm ocupa Salão Verde em defesa da aprovação da PEC 446

Ugeirm esteve em Brasília durante os dois esforços concentrados para pressionar parlamentares

Foto: Alan Marques/Folhapress



Durante o segundo esforço concentrado, em setembro, policiais de vários estados pernoveram na Câmara dos Deputados para pressionar pelo nosso piso

A Câmara dos Deputados deu um vexame nos dois esforços concentrados que realizou em agosto e em setembro. Nenhuma matéria foi votada, incluindo-se na lista de omissões a aprovação em segundo turno da PEC 446, que cria o nosso piso salarial. Ficamos reféns no circo armado entre oposição e governo. A Ugeirm, ao lado de policiais de praticamente todos os entes federados, estava em Brasília. No dia de maior tensão, policiais ocuparam o Salão Verde e ali pernoveram para pressionar. Perdemos essa batalha, mas não vamos desistir.

É altamente improvável que, com a disputa presidencial levada ao segundo turno, haja quórum qualificado para votar emendas à Constituição antes de 31 de outubro. “É possível que a gente consiga finalizar a votação na Câmara este ano, sim. O processo eleitoral contaminou as discussões, com o governo insistindo na votação de medidas provisórias e a oposição fazendo discurso em defesa de mais recursos para a saúde”, analisa Fábio Nunes Castro, diretor de Assuntos Intersindicais da Ugeirm.

Existe consenso para a aprovação, mas ora fez-se obstrução em votações, ora o governo trabalhou para não dar quorum em sessões plenárias. “Todos são responsáveis, afinal não se ouve voz contrária à PEC 446”, afirma Castro. Embora o texto a ser aprovado não fixe valores e tenha a previsão de criar um fundo contábil para contribuir com estados

em dificuldades financeiras (através de lei complementar) interlocutores do governo temiam que emendas de última hora, supostamente eleitoreiras, trouxessem problemas ao orçamento da União.

Nos pampas e no Planalto

O governador eleito, Tarso Genro, diz ser favorável ao piso dos policiais, assim como foi favorável ao piso dos professores – que Yeda recorreu ao STF para não pagar. Uma vez finalizada a aprovação na Câmara, ainda são necessárias duas votações no Senado. É possível isso acontecer antes do fim do ano? Possível é. Mas teremos que contar com a boa vontade e sentido de justiça de parlamentares do governo e da oposição.

Depois, teremos outra grande batalha. A regulamentação da PEC deve ser encaminhada pelo Executivo – Dilma ou Serra – em até 180 dias. A matéria precisará de votação por maioria simples



Ugeirm, ao lado da Cobrapol, representa policiais gaúchos em Brasília

na Câmara e no Senado. Precisaremos de compromisso de deputados, senadores, suscetíveis às pressões de governos estaduais.

Nas leis regulamentadoras, estarão fixados o valor do piso para todos os policiais, de todas as hierarquias. Teremos que garantir direitos dos aposentados. Também ficará estabelecido o funcionamento do fundo federal para custear, ainda que em parte, a despesa orçamentária dos estados.

PEC 549

Por ora, temos um saldo que não deve ser esquecido. Ao ser aprovada em primeiro turno e ter sinalização de

segundo turno ainda este ano, a PEC 446, que é para todos os policiais, sem exceção, descola-se da PEC 549. Esta última é exclusiva para conferir carreira jurídica aos delegados de Polícia (mesmo após resolução do CNJ afirmar que agentes também cumprem funções de mesma natureza).

Em Brasília, vimos o lobby das autoridades para encaminhar o aumento do abismo salarial, tão injusto, no vácuo do piso nacional de todos. Não tiveram êxito, porque seus interlocutores no parlamento, bem intencionados ou não, foram imediatamente avisados da contrariedade da maioria. E retiraram seu apoio. De certo modo, portanto, tivemos vitória.

Recadastramento de aposentados é obrigatório

Os policiais inativos devem fazer recadastramento de dados para evitar transtornos com o crédito do benefício de aposentadoria. O recadastramento é obrigatório e deve ser feito todos os anos. Infelizmente, por falta de informação ou esquecimento, alguns filiados enfrentaram dificuldades para ter seus proventos creditados. A Sefaz presta as seguintes orientações:

1) Quem deve fazer?

Todos os policiais inativos, bem como servidores públicos de outras categorias.

2) Quando fazer?

Uma vez por ano, no período de 90 dias compreendido entre o mês anterior e o posterior à data de seu aniversário. Exemplo: quem faz aniversário em novembro deve se recadastrar entre outubro e dezembro.

3) Como proceder?

O correntista deve dirigir-se à agência do

Banrisul onde recebe o benefício de aposentadoria com **documento de identidade original, CPF e comprovante de residência**. Quem não for correntista deve ir a qualquer agência do banco com os mesmos documentos (carteira de identidade original e cópia).

4) Quem não pode ir ao banco?

Quem sofre de moléstia grave, ausência do país ou impossibilidade de locomoção pode constituir procuração específica para que terceiro efetue o recadastramento. O procurador deve portar os documentos

descritos no item 3.

5) Quem reside fora do RS?

Quem reside fora do RS, onde não há agência do banco, deve preencher o Formulário de Atualização Cadastral disponível no site www.sefaz.rs.gov.br (link inativos e pensionistas). Este formulário deve ser assinado e ter firma reconhecida em cartório. Em seguida, encaminhar, via sedex, juntamente com os documentos descritos no item 3 para: Divisão de Pagamento de Pessoal, Rua Caldas Júnior, nº 120, 13º andar, Porto Alegre, CEP 90018-900.

Polícia Civil tem mais 585 novos agentes

Sindicato trabalhou intensamente para que o reforço de efetivo fosse nomeado durante formatura

Os policiais que se formaram no dia 4 de setembro tiveram sua nomeação publicada em Diário Oficial imediatamente. Já houve a solenidade de posse e lotação e, portanto, temos um alívio na falta de efetivo – que ainda persiste. A nomeação logo após a formatura é um avanço que, queremos acreditar, será preservado daqui por diante. Como se sabe, a turma anterior ficou 100 dias desempregada pela demora da governadora em nomeá-los.

A Ugeirm dá as boas-vindas a todos os novos agentes. “Eles estão motivados e sabem que têm um imenso desafio pela frente. Aos poucos, vão tomando conhecimento das nossas dificuldades. Mas surpreendeu como os alunos, ainda na Acadepol, estavam bem informados sobre a tramitação da PEC 446. É o salário deles que está em jogo e eles já tinham consciência disso”, sublinha Cláudio Abel Wohlfahrt, diretor de Comunicação da Ugeirm. Oxalá não amarguem sobreaviso a partir de agora e problemas com aposentadoria daqui a 30 anos.

A mensagem do sindicato a todos é muito simples: cumpram a lei e respeitem o cidadão, para que sejam respeitados. Não alimentem a utopia de ser



Foto: Palácio Piratini

4 de setembro: formatura de policiais e anúncio de imediata nomeação

um super-herói, porque somos humanos e também corremos riscos, muitos riscos. Sejam honestos, não aceitem a arbitrariedade e recusem a troca de favores que, muitas vezes, nos desmobiliza.

Já tivemos diversas filiações desses novos policiais, mas também é importante que todos saibam que o sindicato existe para fazer valer seus direitos. O coletivo tem mais força do que negociações isoladas, em troca de favores. Quando o sindicato ganha uma luta, o benefício é para todos.

“A Ugeirm, ao longo da história, liderou todas as conquistas que tivemos nos seus 30 anos de existência. Jamais se furtou a denunciar arbitrariedades e fosso salarial que temos. No início, enfrentamos até a prisão administrativa quando havia insurgência na base. A situação hoje é, sim, muito difícil, sobretudo na questão financeira. Mas certamente estaria pior se não fosse a firme posição que tomamos desde a nossa fundação”, afirma Isaac Ortiz, presidente do sindicato.

Criação de volantes regionais deve ser negociada com agentes

O diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI), Ivan Carlos da Motta, confirmou a criação de equipes volantes nas 29 regiões policiais. O entendimento é de que as volantes agilizam o atendimento de ocorrência e melhoraram a qualidade do inquérito a partir da preservação do local, recolhimento de provas e identificação de testemunhas. Até então, apenas seis cidades do interior têm volantes.

A ampliação das volantes foi possível com a entrada da nova turma de policiais. Em vez de pulverizar os re-

ursos humanos em diversas divisões e departamentos, optou-se pela otimização de pessoal.

A Ugeirm aponta o mérito da iniciativa do DPI. “Em cidades como Lajeado e São Luiz Gonzaga, por exemplo, os agentes policiais ficaram muito satisfeitos, porque também contribuiu para o fim do sobreaviso”, sublinha Cláudio Abel Wohlfahrt, diretor de Comunicação da Ugeirm. O sindicato, todavia, reconhece que existe receio ou insatisfação em algumas cidades, com alegações bem funda-

mentadas.

Há regiões policiais muito extensas, onde a criação de volante apenas nas cidades-sede não se apresenta como solução sem ajuste. Ao contrário, pode trazer outros problemas. “Também é preciso ser sensível à eventual sobrecarga de DPPAs em algumas regiões. As volantes regionais são uma boa idéia. Acreditamos que o diálogo com os diversos regionais e os ajustes necessários podem ser feitos. O sindicato estará atento a essa interlocução”, finaliza Wohlfahrt.

Acaba limitador de horas-extras

A Polícia Civil extinguiu o limitador para pagamento de horas-extras. Portaria assinada pelo Chefe de Polícia no final de agosto, delegado Álvaro Steigleder, atende a uma antiga reivindicação da Ugeirm. Tal como acontece em qualquer órgão público, agora o agente policial pode receber até 40 horas-extras por mês, o que é o limite estabelecido na lei.

Antes da mudança, havia um limitador. A jornada extraordinária era remunerada até, no máximo, 17 horas por mês. “Nós éramos os únicos servidores públicos que tínhamos essa limitação, o que era muito injusto, pois deixava de pagar aquele policial que excede a carga horária”, sublinha Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm. A portaria 230/10 está publicada no DOE do dia 25 de agosto.

O início do pagamento das horas-extras foi em 2004, após greve liderada pelo sindicato. Ainda existe um volume de recursos insuficiente para remunerar todos os que, efetivamente, cumprem carga além daquela contratada pelo Estado. São, ao todo, cerca de 29 mil horas-extras por mês. O valor unitário gira em torno de 15 reais. O pedido para aumentar o montante está parado no Grupo de Assessoramento Especial (GAE), vinculado à Sefaz, para análise de repercussão financeira.

Cidades limítrofes

Conforme o delegado Joel Oliveira, subchefe de Polícia, também está no GAE pedido para incrementar vencimentos de policiais que trabalham em cidades limítrofes do Estado em até 30%. “É um modo de fixar os policiais nesses municípios. Cidades como Uruguaiana precisam desse incentivo”, esclarece o subchefe. O GAE não tem prazo estipulado para analisar a demanda.

Taxa de homicídios cresce 32% em 15 anos

Em 1992, a taxa era de 19,2 homicídios por 100 mil habitantes e saltou para 25,4 em 2007

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no início de setembro, dados sobre a taxa de homicídios no Brasil. Ao longo de 15 anos, houve um aumento de 32%. Em 1992, a taxa média na população brasileira era de 19,2, mas houve um salto para 25,4 em 2007. A taxa é sempre calculada para cada grupo de 100 mil habitantes.

Os números amparam-se no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde e compõem os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) publicados em 2010 pelo IBGE. São, portanto, os dados mais confiáveis que temos sobre homicídios no Brasil, pois a metodologia da pesquisa não é refém de imprecisões comuns entre dados informados pelas secretarias estaduais de 27 entes federados.

Homens somam mais vítimas

Nos números estratificados por gênero, há uma diferença brutal entre a taxa de homicídios entre homens e mulheres. A população masculina experimenta taxa de 47,7 enquanto as mulheres se situam em patamar muito inferior, de apenas 3,9. Em praticamente todos os países, bem como no histórico da taxa brasileira, os homens sempre somaram mais vítimas. A diferença brutal, todavia, guarda peculiaridades.

Em 1992, a taxa masculina era de 35,6 e saltou para 47,7 em 15 anos. No mesmo período, a taxa na população de mulheres oscilou pouco, subindo de 3,2 para 3,9. Isso significa que o aumento da taxa média brasileira, de 32%, é fundamentalmente debitado aos homens, cuja taxa é 12 vezes superior à das mulheres. Outras pesquisas já revelaram que a população jovem, rapazes entre 15 e 24 anos, são as maiores vítimas.

“Os óbitos por homicídios afetam a esperança de vida, que não é superior devido às mortes

prematuras, sobretudo de jovens do sexo masculino. A criminalidade ocasiona grandes custos sociais e econômicos. Além das vidas perdidas, gera sequelas emocionais às famílias das vítimas, elevados custos hospitalares e para o controle da violência, além de insegurança na população, interferindo negativamente na qualidade de vida”, analisa o IBGE.

Região Sul

Os dados estratificados por região revelam que, na média, os três estados da região Sul têm os melhores indicadores da pesquisa.

A taxa média no Sul é de 21,4, sendo que os homens somam 39,8 e as mulheres, 3,9. A taxa média de homicídios entre as mulheres no Sul é hoje idêntica à média brasileira, mas ainda é muito alta a taxa na população masculina. Nos três estados, os melhores indicadores estão em Santa Catarina, com taxa média de 10,4 na população geral. É o melhor dado do país. Por óbvio, Paraná e Rio Grande do Sul contribuem para a taxa média da região Sul subir. Além de Santa Catarina, as melhores taxas estão no Piauí (12,4) e São Paulo (15,4).

De modo geral, a região Sul está em posição bem melhor que estados do Nordeste e do Sudeste, que detêm as maiores taxas médias brasileiras. Pela ordem, o recorde nacional é de Alagoas (59,5), Espírito Santo (53,3), Pernambuco (53) e Rio de Janeiro (41,5). Neste último, registra-se uma significativa queda em 2007 se comparado com 2004, quando a taxa média era de 50,6.

Taxa de homicídios por região e gênero



Homicídios de trânsito

O índice de mortes por acidentes de transportes também é visto com preocupação no relatório e era, em 2007, de 20,3 por 100 mil habitantes, diz a pesquisa, alta de 11% em relação a 1992, quando era de 18,3 (incremento absoluto de dois óbitos por 100 mil habitantes no período).

Em 2007, os maiores valores eram observados nas regiões Centro-Oeste (27,4 por 100 mil habitantes) e Sul (26,2). A taxa mais alta era observada

em Roraima (33,7) e em Santa Catarina (32,7).

Assim como nas mortes por homicídio, a proporção de óbitos por acidentes de trânsito é maior nos homens, atingindo a taxa de 33,8 para eles de 7,2 para elas em 2007.

Segundo o relatório, os acidentes de transporte, por serem um dos fatores que ameaçam a segurança física dos cidadãos, refletem na qualidade de vida da população, que é um dos aspectos

essenciais na busca do desenvolvimento sustentável.

O estudo diz ainda que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera os acidentes de transporte como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, uma consequência da acelerada urbanização e motorização, que não é acompanhada na mesma proporção de infraestrutura. (Com informações do Portal G1).